

Os conselhos do Ipea para Tancredo, sobre a dívida.

Resumindo o trabalho feito durante o governo Figueiredo e dando conselhos à equipe econômica de Tancredo Neves, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), ligado à Seplan, divulgou ontem um documento onde afirma que, para reintegrar o Brasil nos mecanismos normais de captação de recursos externos, há dois obstáculos a superar: a pressão de demanda por divisas, decorrente dos compromissos de amortização da dívida nos próximos anos e a expectativa de que o País venha a necessitar de recursos a curto prazo, por causa da elevada conta de juros e das dúvidas quanto à efetiva capacidade de ajuste estrutural da economia.

O documento menciona os fatos, em ordem cronológica, ocorridos nos últimos seis anos, dando ênfase à explosão da crise financeira mundial em setembro de 1982, seus desdobramentos e a forma como o Brasil atuou para livrar-se dela, justificando as opções adotadas pelo governo Figueiredo. Essas decisões, segundo o trabalho, demonstraram ser as mais corretas, pois resolveram os dois pontos de desequilíbrio (dependência da importação de petróleo e estrangulamento das contas externas) e prepararam o País para a retomada do crescimento em bases estáveis.

O Ipea revela que, "com base

nesses obstáculos, havia defensores do sistema de negociação anual, pela vantagem de trazer países como o Brasil com a redea curta no tocante à condução das políticas econômicas internas e suas consequências para a demanda de recursos externos. No outro extremo, estavam os críticos internos alegando que o governo sempre pleiteava menos dinheiro novo do que devia".

Diz ainda o documento que "certas pessoas têm insistido em que algum mecanismo automático de capitalização dos juros seja estabelecido, solução que não encontrou receptividade junto aos bancos norte-americanos, tendo em vista dificuldade com a legislação bancária daquele país, entre outros motivos".

Depois de salientar que a negociação da Fase III se apóia nos princípios de renegociação plurianual da dívida, redução de spreads e demanda futura por novos recursos, o trabalho do IPEA menciona que, para o futuro, 1985 inclusive, o aporte de novos créditos deve subordinar-se ao objetivo maior de retomada do crescimento econômico, dando continuidade ao processo iniciado o ano passado. Para o Ipea, "a função econômica a preencher é, portanto, a de recuperar o quanto antes os níveis de renda Per Capita que foram perdidos desde 1981".

Adverte, no entanto, que "esse objetivo não deve ser obtido a qualquer custo. Antes de tudo, os bancos têm de concordar em concedê-lo. Para isso, quanto menores as demandas e quanto mais rápida a reincorporação nos mercados voluntários, o que depende basicamente dos próximos superávits comerciais, mais aceitáveis se tornarão nossas propostas".

Em segundo lugar, afirma o documento, "como a dívida externa está muito elevada, é deseável obter um crescimento real moderado dessa variável, não devendo este, talvez, exceder o crescimento do PIB. Com isso, os indicadores de desempenho tradicionais atingirão níveis mais adequados e a dívida se manterá administrável".

O documento do Ipea adverte que no contexto de recursos externos limitados "o País só conseguirá obter resultados expressivos em futuro próximo, na recuperação do terreno perdido, se já for suficientemente elevado o grau de realização da transformação estrutural que o governo Figueiredo estabeleceu como meta final".

O relatório do Ipea prevê ainda o cenário internacional 1985-90, com indicações de um crescimento real de 1% nos preços do petróleo, taxas de juros estáveis ao nível de 9,5%, inflação mundial de 5,5%.